

## REINVENÇÃO ESPACIAL POR MEIO DAS FORMAS DE PRODUÇÃO E REORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Espaço rural, agricultura e seguridade alimentar  
Carmem Rejane Pacheco Porto  
Universidade Federal do Rio Grande  
[carmempporto@gmail.com](mailto:carmempporto@gmail.com)

Trata-se neste artigo da análise da reinvenção espacial através de alterações nas formas de produção e reorganização socioeconômica. Neste sentido, faz-se necessário compreender a origem das formas organizativas estabelecidas, analisar as propriedades rurais a partir da sua reorganização com a entrada das atividades não-agrícolas, diversificação da produção e comercialização de cinco propriedades rurais agroecológicas, localizadas na zona sul de Porto Alegre. A operacionalização da pesquisa tem por base o conceito de espaço geográfico, que possibilita leituras diferenciadas quando usados para análise dos resultados da interação sociedade e natureza durante um processo histórico, sendo possível exercitar várias conexões com paisagem, território e ambiente, por meio das categorias forma (materialidade, significado), função (diversificação das atividades econômicas), estrutura (resistência e modos de vida) e processo (tempo, mudança). Com base neste caminho metodológico, chegou-se a um mapeamento de uso do solo, das observações de campo e dos registros fotográficos e, em outro plano, aplica-se a análise de conteúdo como recurso metodológico, à entrevista serviu como referência, e as informações reveladas pelos entrevistados se constituíram como subsídio para a análise espacial. A análise das propriedades rurais toma como referência a dinâmica produtiva da agricultura sustentável e as transformações espaciais advindas a partir do desenvolvimento da agroecologia, associada às atividades não agrícolas. Tomam-se como base as entrevistas, as observações e os levantamentos de campo, os registros fotográficos e os mapas de uso do solo e cobertura vegetal – relativos ao ano de 1997 e ao ano de 2009. Os mapeamentos não mantêm rigidez na classificação em decorrência das transformações espaciais ocorridas nas propriedades analisadas, sendo possível identificar variações nas classes de uso nos diferentes tempos e também entre as propriedades. Os resultados demonstram coerência, visto que as paisagens apresentam as marcas das mudanças ocorridas nas propriedades. Além disso, quanto ao ambiente no conjunto da propriedade, é evidente a sua recuperação, com regeneração vegetal e um maior equilíbrio entre as atividades produtivas e o ambiente. E ainda, estabelecem-se novas territorialidades onde são considerados os aspectos do ambiente e as formas de organização produtiva e social. Nessas, identificam-se a resistência dos grupos sociais e o esforço que empreendem pela manutenção do espaço rural. A análise permitiu a interpretação da prática da agroecologia e das atividades não agrícolas no espaço rural, nos estabelecimentos rurais dos Caminhos Rurais de Porto Alegre.

**Palavras-chave:** Espaço geográfico, Espaço rural, Agroecologia, Atividades não agrícolas.

## INTRODUÇÃO

A temática da agroecologia é relativamente recente e remonta o século XX. Em relação as raízes da agroecologia temos como marco as mudanças ocorridas no campo, em decorrência da modernização da agricultura e do acirramento dos conflitos sociais pela concentração da renda e da terra. As mudanças ocorridas no campo são verificadas nos processos espaciais. Os avanços técnicos e a atual reestruturação capitalista possibilitam a desconcentração espacial das atividades econômicas, mais especificamente, as produtivas, promovendo o desenvolvimento econômico de áreas não densamente povoadas. Um conjunto de atividades diferentes das tradicionais são desenvolvidas no campo. Caracterizam-se pela incorporação de novos produtos agropecuários, industriais, prestação de serviços e atividades de entretenimento. A materialidade expressa na paisagem está intimamente relacionada ao estilo de vida de grupos sociais, que, com diferentes interesses, no seu dinamismo cotidiano, constroem suas vidas através de interações sociais ocorridas ao longo do tempo.

O conceito norteador desta pesquisa é o de espaço geográfico e a análise ambiental proposta será mediada pelos conceitos operacionais – paisagem, território e ambiente, Suertegaray (2005). Considera-se aqui espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, manifestados através de processos e funções, Santos (1997). Analisar a reorganização espacial fruto das intervenções realizadas por meio da agroecologia e das atividades não agrícolas, consiste em captar a dinâmica do espaço, mediante os processos sociais que o criaram. Estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço (Santos, 1985).

A análise espacial através da **forma, função, estrutura e processo** formulados por Santos (1985) considera a complexidade deste como fenômeno social nos seus aspectos econômico, político, social e cultural, que se materializa no território através de um sistema de objetos articulados a um sistema de ações. Ao discutir o espaço geográfico, fala de processo e da sua relevância, quando a análise possui uma dimensão temporal, quando variados fatores em maior ou menor duração ou efeito sobre a área considerada proporcionam a compreensão da organização espacial. As transformações entendidas, também, como rupturas e/ou continuidades ao longo do processo histórico, evidenciam verticalidades expressas nos interesses externos mediados pelo Estado, interesses do capital a exemplo da agricultura, que gera novas funções no espaço geográfico, onde agentes externos produzem efeitos que podem ser desejados, instituindo-se relações de convivência pacífica e coexistência comunitária ou, simplesmente, rejeitadas pelos agentes locais, as horizontalidades. Tal processo mediado por ações não é linear, sendo fundamental a análise do contexto para compreensão das formas organizativas e funções presentes no espaço resultante da organização da sociedade ao longo do tempo. Podemos afirmar que o espaço reflete os diferentes tempos nas suas representações, pelas diferentes idades entre os elementos que se formam, assumindo novas funções. O espaço geográfico é produto, condição e meio para reprodução das relações sociais no sentido amplo de reprodução da sociedade, num determinado momento histórico como um processo que se define como social e histórico o que significa que há uma interação necessária entre espaço e sociedade.

Nessa linha de reflexão, pode-se dizer que a produção da vida não envolve apenas a reprodução de bens para a satisfação das necessidades materiais, é também a produção da humanidade do homem – o que significa que é o espaço social, de realização do ser social ao longo do processo histórico (CARLOS, 2001, p. 63-64). Este, enquanto espaço de identidade, é detentor de patrimônio ambiental. Acrescente-se, a esse respeito, a apropriação capitalista do espaço pelo turismo, que implica o uso das suas virtualidades

não diretamente afetadas, com finalidade de gerar bens materiais ; espaços de lazer, de vivências, e de trocas de experiências.

## **ESPAÇO RURAL: AGROECOLOGIA E ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS**

Na década de 1980, os estudos sobre a modernização da agricultura faziam considerações sobre os pacotes tecnológicos, os conflitos sociais, a exclusão social, a degradação ambiental e o uso da terra no meio rural. A esses, e não menos importantes, aliaram-se questionamentos sobre a política agrícola brasileira e sobre a forma como esta privilegiava os cultivos de exportação em detrimento dos produtos de consumo interno. Também era motivo de preocupação a migração de grande parcela da população que, expropriada ou excluída do campo, buscavam as cidades.

A modernização da agricultura deve ser considerada como apenas uma parte do processo de expansão do sistema capitalista que atingiu o campo brasileiro. Tal sistema, enquanto produtor de mercadorias, através da apropriação da natureza, reveste-se de um caráter destrutivo, que chama a atenção para a interação entre sociedade e a natureza e para a necessidade de redirecionamento deste processo através de uma reconstrução das bases do processo produtivo. O momento atual, caracterizado pela globalização da economia, acelera o processo de apropriação dos recursos naturais, produzindo pobreza e exclusão, através da destruição de identidades culturais e da desorganização da sociedade. Mas, lembrando Leff (2001, p. 59),

[...] ao mesmo tempo, cria-se um processo de democratização com formas alternativas de organização da sociedade civil, abrindo canais de participação objetivando a reconstrução das condições de sobrevivência e cidadania, reorientando o desenvolvimento humano.

É nesta perspectiva que me parece relevante e oportuno falar sobre a agroecologia, que tem buscado, na sua construção e desenvolvimento, orientações que o direcionam para construção de relações solidárias e para uma nova racionalidade ambiental<sup>1</sup>.

A agroecologia é defendida como uma nova ciência em construção, como um paradigma, de cujos princípios e bases epistemológicas nasce a convicção de que é possível reorientar os processos de uso e manejo dos recursos naturais, de forma a ampliar a inclusão social, reduzir os danos ambientais e fortalecer a segurança alimentar (CAPORAL, 2009). Dessa forma, a agroecologia contribuiu para o desenvolvimento do conceito de sustentabilidade na agricultura (GLIESSMAN, 2000, p.55-6). Em uma abordagem holística, ela permite a integração dos elementos que compõem a sustentabilidade, fundamentada em princípios ecológicos, econômicos e sociais.

Na dimensão ecológica, a sustentabilidade implica a conservação no tempo das características fundamentais dos ecossistemas na sua interação com as atividades produtivas. É evidente que apenas uma pequena parcela dos elementos da natureza ainda se mantém preservada e não destinada ao uso, seja o uso dela sustentável ou não.

A sustentabilidade econômica, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, resulta do desenvolvimento econômico e pressupõe estruturas capazes de proporcionar rentabilidade estável no tempo e uma distribuição mais equitativa da renda, com controle social e estatal sobre os diferentes usos que se estabelecem. Já a sustentabilidade social está relacionada às organizações sociais e produtivas compatíveis com a cultura local e com os valores éticos dos sujeitos envolvidos, bem como à distribuição equânime dos benefícios alcançados. Se aparentemente estas

---

<sup>1</sup>É o resultado de um conjunto de significações, normas, valores, interesses e ações socioculturais; é a expressão do conflito entre o uso da lei (do mercado) por uma classe, a busca do bem comum com a intervenção do Estado e a participação da sociedade civil num processo de reapropriação da natureza, orientando seus valores e potenciais para um desenvolvimento sustentável e democrático (LEFF, 2001, p. 143).

dimensões são conflitantes, são, ao mesmo tempo, interdependentes e importantes para o alcance da sustentabilidade no espaço rural.

No século XXI, passamos a ter limitações para fazer referência a urbano e rural. Afinal, o que se entende como rural? Tomando como fundamento a definição oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), temos que rural é toda área ou espaço físico localizado fora do que é definido como perímetro urbano. Porém, percebemos que este limite não é rígido.

Duas considerações podem ser feitas no que se refere à interação entre urbano e rural.

Em primeiro lugar, é possível dizer que espacialmente o rural se constitui como a continuidade do urbano. As áreas rurais se apresentam, principalmente, em regiões metropolitanas, como na capital do Rio Grande do Sul, onde a área com características rurais, ou rururbana, sintetiza multidimensões quanto ao uso do solo. Neste espaço, desenham-se propriedades rurais com atividades agropecuárias que se somam a essas agroindústrias, turismo e comercialização, sítios de lazer e também a expansão de condomínios residenciais, entre outros.

Em segundo lugar, o rural é a extensão do urbano e se constitui como extensão visto que o urbano ali se manifesta em muitas intervenções, como a ocupação e a produção. Os serviços são pensados e organizados a partir do urbano, mesmo que com relativa participação da comunidade local. As políticas públicas, os planejadores e os organizadores da reestruturação do campo, para acolher as novas atividades ou as novas formas de produção, promovem o seu desenvolvimento a partir do urbano.

Uma consulta ao Aurélio informa que rural (do latim *ruralis*) é um adjetivo do que pertence ou é relativo ao campo (FERREIRA, 1995). No entanto, outros critérios podem ser considerados: uso do patamar demográfico - rural como dispersão e o urbano como aglomeração; densidade demográfica - urbano e rural expresso em número de habitantes por quilômetro quadrado, ou seja, o número médio de habitantes em relação a determinada área; ocupação econômica da população, o rural vinculado às atividades primárias, principalmente agropecuárias e o urbano, com significativo percentual da população envolvida em atividades secundárias ou terciárias. Em síntese, o espaço rural é visto como a base da produção agropecuária e também para a expansão de inúmeras atividades, baseadas em laços sociais que os indivíduos e as organizações foram capazes de construir.

A industrialização da agricultura nas últimas décadas significou uma efetiva modernização da agropecuária, onde as tecnologias e os métodos produtivos introduzidos no campo são gestados no urbano. Enquanto essas transformações vão se delineando, assistimos também ao surgimento da construção social de atividades não agrícolas e da agroecologia.

Interessa aqui discutir as atividades não agrícolas e a agroecologia. O que podemos definir como atividades não agrícolas e como agroecologia? Denominam-se não agrícolas as atividades que ocorrem no meio rural e absorvem a população ali residente. Tais atividades interagem com as atividades agropecuárias ou não. As transformações que geram estas novas formas de ocupação, produção e prestação de serviço estão relacionadas ao crescimento da urbanização e à mecanização no campo.

O processo de transformação no campo engendrou a possibilidade de associação de múltiplas atividades (pluriatividade) que envolvem as famílias dos produtores rurais (GRAZIANO, 2002, p. 41). A pluriatividade de acordo com Graziano (2002, p. 41) daí resultante é consequência desse esforço de diversificação dos pequenos agricultores para se inserirem nos novos mercados locais que se abrem. Ainda, Schneider (200, p. 271) se refere à pluriatividade como uma alteração sociológica de significativa importância que surge em decorrência da mudança do modelo de desenvolvimento agrícola, baseado exclusivamente na produtividade dos fatores, por um modelo diferente, baseado nos pressupostos da ética, da sustentabilidade ambiental, da equidade social e da viabilidade econômica.

Além dessas duas possibilidades de classificação, considero importante refletir sobre aquilo que vou chamar de interatividade. Para explicar a compreensão que tenho sobre a interatividade, utilizo-me dos conceitos de monoatividade e pluriatividade. Para Silva, Grossi e Campanhola (2002, p. 41) a pluriatividade está relacionada à dependência que as famílias rurais passam a ter de

capitais associados não apenas aos mercados agrícolas, mas a múltiplas atividades dos membros da família. A primeira se refere somente às atividades agropecuárias e a segunda às diferentes atividades desenvolvidas, além da agropecuária. A interatividade se relaciona às atividades desenvolvidas pelos integrantes da família vinculadas com a atividade agropecuária, a exemplo da agroindústria, da comercialização e do turismo, sendo estas atividades não agrícolas, totalmente interativas à agropecuária, pois só ocorrem em função desta.

Neste contexto, a combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas podem ocorrer dentro e fora das propriedades. E a agroecologia, onde podemos encontrar suas origens?

Verifica-se que os problemas advindos da modernização da agricultura geram alternativa a essa e se constituem em uma mudança de paradigma. Os problemas decorrentes da agricultura convencional, como a intensa mecanização, a concentração fundiária, a dificuldade de comercialização direta da produção, promovem em uma parcela deste segmento produtivo a busca de outros sistemas produtivos desvinculados do aparato tecnológico presente na agricultura convencional; no caso em estudo, os sistemas agroecológicos.

Entretanto, para compreender as origens da agroecologia, precisamos nos remeter a um período relativamente distante, a década de 1930. Segundo Gliessman (2000, p. 55), nesse momento histórico os ecologistas propuseram o termo agroecologia como a ecologia aplicada à agricultura. O autor também se refere a várias etapas que se sucederam na construção conceitual e na operacionalização da agroecologia, que encerra um arcabouço de princípios que norteiam um método próprio para o estudo e desenvolvimento de agrossistemas, conforme sequência apresentada no quadro 1. Por outro lado, como nos ensina Gliessman (2000), o enfoque agroecológico pode ser

Processo	Construção teórico-metodológica e operacionalização
1920	Interface entre a agronomia e a ecologia.
1930	Origem do termo “agroecologia”, entendida como a ecologia aplicada à agricultura.
1940	Agroecologia como ciência experimental aplicada a sistemas naturais; a agronomia passa a ser norteada pela busca de resultados; adotam-se princípios e diretrizes que serão denominados como Revolução Verde.
1950	Visão sistêmica – conceito de ecossistema forma fundamentos para novas concepções na agricultura a partir de uma perspectiva agroecológica.
1960-1970	Estas décadas se caracterizam pelo intenso questionamento; inclui-se neste cenário a ecologia e o interesse pela sua aplicação na agricultura.
1980	A agroecologia se constitui como fundamento teórico-metodológico para o estudo de agroecossistemas.
1990 - 2000	Operacionalização da agroecologia, inclusive com políticas públicas de fomento ao seu desenvolvimento.

Quadro 1 – Histórico da agroecologia  
Elaborado pela autora a partir de Gliessman (2000, p. 55-6)

definido como a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas mais sustentáveis. Portanto, a adesão ao enfoque agroecológico não supõe pleitear ou defender uma nova “revolução modernizadora”, mas sim uma ação dialética transformadora, como já vem ocorrendo ao longo de um horizonte temporal. Este processo modernizador, parte do conhecimento local, respeitando e incorporando o saber popular e buscando integrá-lo com o conhecimento científico, para dar lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim, permanentemente, o processo de transição agroecológica

Nessa realidade de mudanças, cabe resgatar algumas evidências que demonstram este caminho na busca de uma nova orientação da produção em pequena escala que se constrói através de elementos comuns em uma escala ampliada e outros que têm sua identidade relacionada ao local, mais específicos. Toma-se como exemplo deste último, a pesquisa realizada nos Caminhos Rurais de Porto Alegre, apresentada neste artigo.

Na visão de Capra (2002, p. 238), que propõe uma reflexão ampliada sobre a ciência para uma vida sustentável, comunidades sustentáveis são aquelas que desenvolvem seus “modos de vida (negócios, economia, estruturas físicas e tecnologia) no decorrer do tempo, mediante uma interação contínua com outros sistemas vivos, tanto humanos quanto não humanos. Não é um processo estático, mas um processo dinâmico de coevolução”. Nessa perspectiva, “não são inventadas novas comunidades humanas sustentáveis” (CAPRA, 2002, p. 238), mas as transformações se realizam a partir de uma organização já existente, adequando-a aos ecossistemas naturais.

## CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO

Porto Alegre, capital do estado, situa-se a leste do RS, no extremo sul do Brasil, a latitude 30° sul e longitude 51° oeste. Geografia privilegiada, área territorial de 476,3 Km<sup>2</sup>, sendo que 431,85 Km<sup>2</sup> correspondem a áreas continentais internas e 44,45 Km<sup>2</sup> as ilhas (Censo IBGE /2000), ocupando lugar de destaque no cenário nacional. Apresenta uma faixa de orla com aproximadamente 72 km de extensão, pontas e enseadas que embelezam o Lago Guaíba, diferentes feições de morros, planícies cobertas por uma vegetação característica de áreas úmidas e arenosas, formando uma paisagem suave e ao mesmo tempo contrastante.

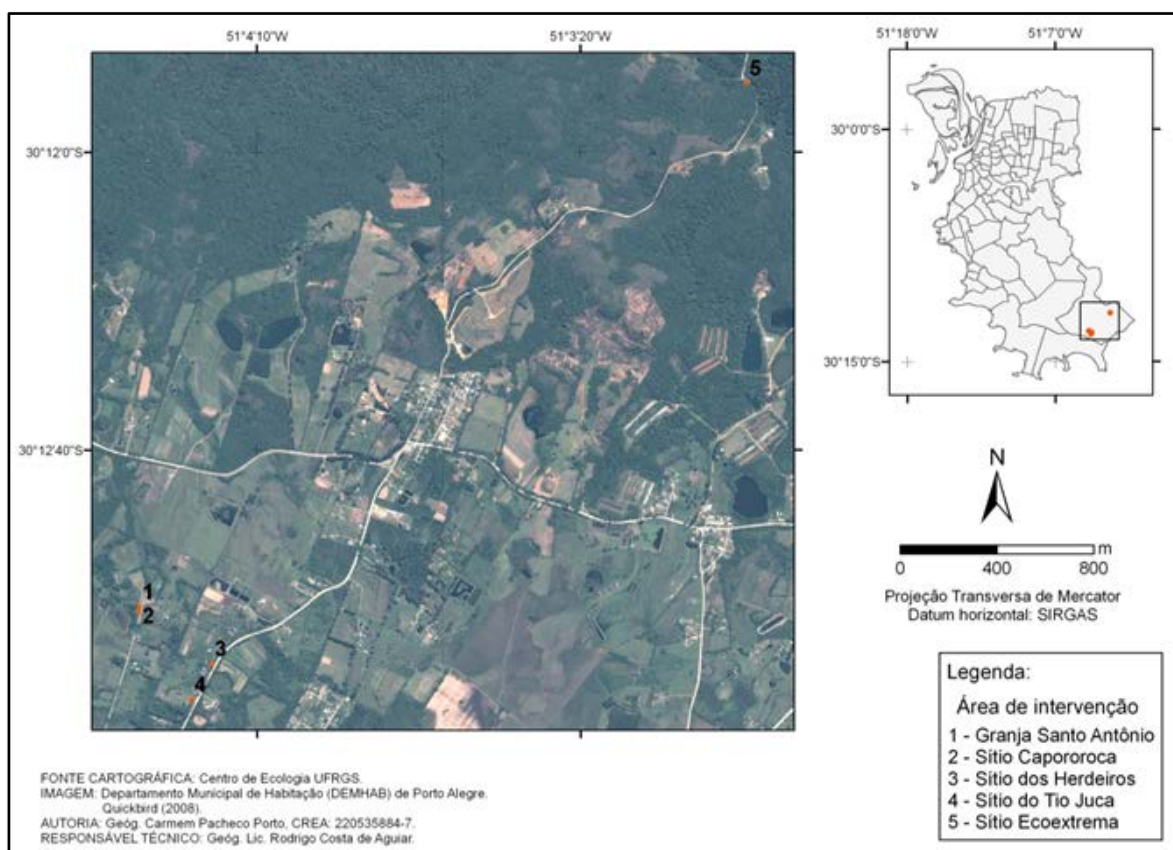


Figura 1 – Mapa de localização propriedade rurais



Figura 2 Propriedades rurais agroecológicas do Bairro Lami  
Fotografado pela autora

Os Caminhos Rurais, localizados na zona sul de Porto Alegre, na região das estâncias do século XIX, área hoje parcialmente ocupada por pequenas propriedades, apresentadas na Figura 1 (as cinco propriedades objeto deste estudo), que organizam a produção através da agricultura familiar e agroecológica, aliando a estas, atividades turísticas e de comercialização da produção conforme Figura 2.

## A REORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DIALOGANDO COM A SUSTENTABILIDADE

No Brasil, a agroecologia fundamenta-se na produção familiar, pois a considera sustentável. Reconhecendo os agricultores familiares importantes produtores de alimentos, desempenhando a função de guardiões da paisagem e conservadores da biodiversidade, afiguram-se como protagonistas importantes da transição à sustentabilidade. Valoriza a agricultura familiar, que se traduz, na melhor forma de ocupação do território, respondendo a critérios socioambientais. (SACHS, 2004, p. 368).

Nessa forma de organização produtiva, quando orientada pela agroecologia, a interação que se estabelece entre as atividades agropecuárias e o ambiente não é pautada apenas pela apropriação deste para a retirada do sustento; é uma relação estabelecida a partir da qual o agricultor e sua família também devolvem, para o ambiente, algo do que lhe foi oferecido. E digo isso porque este agricultor também observa e escuta o seu entorno e procura desenvolver suas atividades produtivas em uma aliança com o ambiente.

A realidade demonstra que esse tipo de agricultura, tanto no Brasil como em todo o mundo, é responsável por aproximadamente 70% da produção de alimentos com mais responsabilidade socioambiental (MDA, 2009). No entanto, mesmo com tantos indicativos do potencial produtivo desse tipo de agricultura e da sua responsabilidade na produção de alimentos, muitos agricultores enfrentam problemas que são reservados pelo sistema em que estão inseridos, e em que as políticas agrícolas voltam-se para a agricultura patronal/agronegócio e promovem a concentração de renda neste setor da economia.

Considera-se que a crise na agricultura enfrentada pelos produtores rurais nas últimas décadas promoveu um intenso repensar sobre a forma de produção e também sobre a comercialização. As décadas de 1960, 1970 e 1980 constituíram-se como um momento de mudanças nas áreas rurais. A mecanização das lavouras e a valorização da monocultura em grandes

extensões de terra trouxeram como consequência a desvalorização dos pequenos agricultores. Ademais, é perceptível que muitos agricultores têm a intenção de realizar investimentos em suas terras, mas como operam com retorno relativamente reduzido, prioriza-se a subsistência da família, com pouco investimento nas unidades de produção.

Entre os anos de 1997 e 1998, as propriedades rurais que desenvolviam a agricultura convencional no Bairro Lami, em Porto Alegre iniciam um processo de transição para a agroecologia. Tal mudança ocorre porque esses proprietários começaram, por vários motivos, a questionar o sistema de cultivo e as formas de comercialização.

Pelo relato de agricultores das propriedades agroecológicas (Sítio Eco extrema, Granja Santo Antônio, Sítio Capororoca, Sítio do Tio Juca e o Sítio dos Herdeiros) estudadas nesta pesquisa, é possível identificar alguns motivos que se somam e resultam na transição da agricultura convencional para a agroecologia. Entre eles, o tamanho da propriedade, que não permite uma produção em larga escala; a comercialização da produção envolvendo intermediário; o custo da produção; a saúde e a satisfação do agricultor; as políticas públicas de fomento à agroecologia; o mercado consumidor para produtos orgânicos; e também o momento histórico, em que se amplia a informação sobre meio ambiente.

Além disso, os agricultores fazem referência ao conhecimento que trazem da agricultura tradicional, em relação ao manejo agrícola e ao conhecimento do comportamento do ambiente. Este conhecimento tradicional, junto com o conhecimento técnico, possibilita novos objetivos e também um novo objeto, tanto no manejo agrícola, como na sua relação com o ambiente e com a sociedade.

No município de Porto Alegre, no bairro Lami, na perspectiva de transição dos sistemas convencionais para a agroecologia, cabe destacar o movimento de parte da população em decorrência da instalação do Aterro Sanitário da Extrema<sup>2</sup>, que esteve em efetiva operação entre os anos de 1997 e 2002 (REICHERT & REIS, 1998, p. 388). Havia denúncias de moradores, que reclamavam de vazamentos de chorume e possível contaminação do solo e das águas, inclusive por metais pesados, o que impossibilitava o desenvolvimento de uma agricultura ecológica. O movimento gerou questionamentos, e o ano de 1997 marcou o início da opção pela agroecologia entre os proprietários rurais.

A partir de 1998, na intenção de fomentar uma outra agricultura, principalmente através de assistência técnica, destaca-se entre as intervenções governamentais a atuação da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio SMIC, Centro Ecológico IPE (convênio com EMATER) e da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, através da EMATER/RS, que promovem, com os agricultores, o questionamento sobre a agricultura convencional e a possibilidade de optar pela agroecologia, respaldados por política pública. Assim inserida, a efetiva participação da EMATER com assistência técnica contribuiu para direcionar a agricultura familiar para a agroecologia e criar as bases para o turismo agroecológico.

A agroecologia, reconhecida pelos agricultores agroecológicos dos Caminhos Rurais é fruto de uma política pública desenvolvida no Rio Grande do Sul. De 1999 a 2002, se desenvolveu uma política de desenvolvimento regional baseada no reconhecimento da possibilidade de aliar o conhecimento técnico e o conhecimento tradicional, no intuito de desconcentrar a renda e estabelecer uma melhor relação entre agricultura e ambiente nas áreas rurais. Essa política, na sua abrangência, inclui agricultores da zona sul de Porto Alegre a partir da segunda metade da década de 1990.

A partir do desenvolvimento da agroecologia, os agricultores percebem que essa se ampara em novos paradigmas: numa dinâmica/dialética, a produção do conhecimento e a sua aplicação ocorrem simultaneamente a ponto de a valorização do conhecimento empírico ser produzido e reproduzido pelos agricultores. Cria-se um diferencial, com a

---

<sup>2</sup> Protesto bloqueia o aterro da Extrema. 1999. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 out.



socialização do conhecimento, em que as trocas de experiências, nos Caminhos Rurais, têm acontecido espontaneamente entre os agricultores agroecológicos. Quando se fala em agroecologia, fala-se em troca, solidariedade, trabalho conjunto, pois não é possível desenvolvê-la individualmente, já que o objetivo comum é a sustentabilidade. É necessário ousar, experimentando outras possibilidades na agricultura. Deve-se ressaltar que, nesse período, a realidade da zona sul de Porto Alegre não comportava uma produção em larga escala. Cabia aos agricultores buscar formas de manter a produção e a propriedade. Para muitos deles, isso se deu através da diversificação da produção, da comercialização direta, da agroindústria e do turismo.

A área rural de Porto Alegre apresenta, na sua complexidade, características diferenciadas não somente pela riqueza que possui em suas atividades produtivas, mas também pela conjunção entre o rural tradicional e o novo rural. Nas propriedades agroecológicas, no bairro Lami, encontram-se agricultores tradicionais, descendentes de portugueses açorianos que optaram pela agroecologia, unindo o conhecimento tradicional, a herança familiar ao conhecimento técnico. Nesse processo de transição para a agroecologia e de modificação do rural, surge um novo objeto, com novas práticas e um novo modo de vida, bem como o novo rural, que é composto por pessoas detentoras de conhecimento científico e que desejam operacionalizá-lo, aliando a isso a busca de um modo de vida com o ritmo de uma área rural. Para a família Silva (2000) os *neorrurais* são profissionais liberais e outros ex-habitantes da cidade que passam a residir no campo.

Nesse contexto, tanto os agricultores tradicionais como aqueles que se inserem no rural percebem a agroecologia e as demais atividades a ela associadas como o turismo que é uma prática passível de ser desenvolvida e a sua importância para manutenção dessa área rural tão desejada pela especulação imobiliária. É nesse rural em transformação que se criam espaços de resistência, não propriamente de enfrentamento total ao capitalismo, mas através da busca de formas e práticas alternativas que sejam capazes de conduzir esses sujeitos para um novo estilo de vida na busca da sustentabilidade. Em virtude do crescente interesse da sociedade urbana na área rural, no intuito de realizar investimentos, lazer e turismo, surgem novas ruralidades, em uma interação entre as ruralidades dos agricultores e dos habitantes tradicionais do espaço rural, da mesma forma nos sujeitos que vem do urbano em busca do rural.

Os agricultores agroecológicos, mesmo com as influências de diferentes urbanidades no espaço rural, quando vistos no ambiente das suas propriedades, demonstram identidade com o rural, e o seu resgate estimula e valoriza esses agricultores e suas famílias e (por que não dizer?) o próprio local. De acordo com a manifestação dos agricultores, a opção pela agroecologia foi fundamental nessa caminhada. A agroecologia é entendida como uma nova concepção de mundo, uma mudança de paradigma na construção de um novo caminho; ao mesmo tempo em que as mudanças são gestadas e formadas no âmbito do sistema capitalista, transitam por valores e práticas que se contrapõem ao sistema.

Nessa perspectiva, estabelece-se o que amparado na obra e na práxis freireana se traduz em uma dialógica da comunicação que conduz para uma mudança de comportamento e a um desprendimento e/ou uma des-construção de conceitos que perdem a sustentação neste processo. Esta caminhada promove novas construções nessa dialógica transformadora e, por que não dizer, libertadora que, ao construir a cidadania, fortalece os sujeitos e tece as redes. Nessa dinâmica instauradora, multiplicam-se intervenções que promovem novas realidades socioambientais e que podem ser testemunhadas pela sociedade em um processo de aprender/ensinar/aprender constante.

Na sequência deste texto, serão analisadas as especificidades de cada propriedade rural e as suas funcionalidades neste recorte espaço-tempo de 1997 a 2009; não desprezando períodos anteriores que se constituem como referência para o entendimento deste intervalo de 12 anos. As propriedades agroecológicas, no período analisado, desenvolveram formas de organização produtiva que aliaram atividades agrícolas e não agrícolas. Essas atividades interagem no âmbito da propriedade, mas também ocorrem fora da propriedade.

Nesse intuito, foram definidos alguns itens para nortear a análise, a caracterização propriedade; as atividades implantadas no empreendimento rural; as técnicas de manejo utilizadas;

as mudanças ocorridas na propriedade, o período de eclosão da agroecologia e das atividades não agrícolas; as principais atividades na geração de renda e outras questões evidenciadas.

Por períodos sucessivos, as propriedades rurais da zona sul de Porto Alegre vêm sendo subdivididas pelo processo contínuo e progressivo de partilha de bens – terras herdadas pelos descendentes das famílias. Nas partilhas entre familiares, o que ocorre para alguns é a transferência da terra para outros que não pertencem à família. São diferentes formas de apropriação através dos estabelecimentos rurais, sítios de lazer, condomínios residenciais, ocupações irregulares, entre outros.

A redução do tamanho das propriedades efetivamente se relaciona com a mudança de sua funcionalidade, em que as situações socioeconômicas, com consequentes rupturas e continuidades, criam possibilidades de diversificação das atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas pelas famílias no intuito de gerar renda. Verificam-se as transformações da agricultura convencional para a agroecologia, que se associam a essas novas alternativas pela comercialização direta, do processamento dos produtos na propriedade e do turismo.

Nessa perspectiva, observa-se uma interação dialética, em que a sociedade em movimento, ao reinventar o espaço, resiste ao modelo socioeconômico e reconstrói sua identidade – na relação que estabelece com os demais agentes sociais. São formas contemporâneas de espacialização híbridas e flexíveis, em que se estabelecem interações entre antigas paisagens e velhos usos e novas formas e funções, modificando a relação do lugar com o mundo (LUCHIARI, 1998, p. 17).

Neste contexto, a reflexão de Suertegaray (2009, p. 107) sobre a ideia de Milton Santos se refere às transformações do espaço/tempo na contemporaneidade, em que “os tempos são múltiplos e, na dialética do espaço, seguramente encontramos dois tempos: o tempo da aceleração e o tempo lento”. O primeiro é desencadeado pela ação do capital e dos agentes hegemônicos, que se reproduzem no processo através da especulação da terra, das paisagens e da “natureza”; e o tempo lento que é verificado no cotidiano dos agentes sociais, na busca da autossustentabilidade, em um estilo de vida em que os valores estão relativamente afastados do lucro e a centralidade está no ser humano – no ambiente.

Sobre as formas organizativas e a geração de renda destacam-se a pluriatividade e a interatividade nas propriedades em análise, em que na primeira os membros da família que vivem no estabelecimento rural buscam o seu sustento nas atividades agropecuárias e demais atividades não, necessariamente, relacionadas a essas. Para exemplificar, toma-se o Sítio Ecoextrema, onde a renda da família é gerada através das atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas na propriedade, mas verifica-se a atividade do proprietário como funcionário público independente das atividades referidas.

Para Silva, Grossi e Campanhola (2002, p. 41), “a pluriatividade é a consequência do esforço de diversificação dos pequenos agricultores para se inserirem em novos mercados locais”. Todavia, essa classificação também permite múltiplas atividades para os membros da família. É uma categoria bastante ampla, em que a família pluriativa pode ter seus membros incorporando diferentes postos de trabalho: profissionais liberais, funcionários públicos, empregados(as) domésticos(as), operários da construção civil, entre outros.

Para a segunda – a interatividade – incluem-se as atividades agrícolas e não agrícolas que ocorrem dentro e fora do estabelecimento rural, mas que, necessariamente, estão relacionadas às atividades agrícolas ou pecuárias da propriedade. Exemplifica-se essa situação, na área de estudo, com o Sítio do Tio Juca, em que a renda e o sustento da família são provenientes de atividades que interagem com a agropecuária, inclusive a aposentadoria rural. Outra situação relevante, nesse caso, é a da família Moro, proprietários da Granja Santantonio, onde os membros têm o seu sustento e sua renda retirados da agropecuária e das atividades econômicas oriundas da mesma, com exceção de um membro da família aposentado.

O associativismo revela as formas organizativas para a geração de trabalho e renda; sobretudo, para o alcance de objetivos comuns dos sujeitos sociais que optaram por um estilo de vida alternativo, em que organizam as atividades produtivas e a distribuição de bens e serviços a partir da propriedade. Os sujeitos pertencem a uma família que detém o meio de produção, mas necessitam de organização para intercambiar seus produtos e usufruir coletivamente dos resultados (SINGER, 2000, p. 11).

As diferentes falas dos entrevistados, principalmente dos proprietários rurais, são reveladoras da importância que atribuem às diferentes formas associativas criadas para viabilizar a diversificação das atividades da agroecologia e das demais atividades não agrícolas. Reconhecem as dificuldades que enfrentam nessa organização coletiva, mas a valorizam, porque foi o caminho encontrado para o fortalecimento e incremento das possibilidades de melhorar suas vidas, não apenas no aspecto econômico, mas pela inclusão em espaços que no passado lhes eram negados, como a comercialização em feiras, o acesso às políticas públicas, a assistência técnica, entre outros.

Identificam-se – no processo de investigação – que são adotados mecanismos de reciprocidade ou trocas entre os sujeitos: solidariedade, intercâmbios, ações comunicativas, relações de poder na conquista de direitos sociais (SCHERER-WARREN, 2005, p. 31). Pode-se dizer que essas são importantes no desenvolvimento da agroecologia valendo-se de difusão de conhecimento, métodos e técnicas. Já no turismo, a importância se dá ao evitar a concorrência e promover a divulgação dos estabelecimentos turísticos. Enfim, essas redes podem ser presenciais ou virtuais, com uma abrangência local ou internacional, mas certamente são fundamentais para a sustentabilidade do turismo em áreas rurais.

A inserção da mulher na gestão e nas diferentes atividades do estabelecimento rural revela a significativa incorporação das mulheres e as características de sua inserção nas atividades desenvolvidas no espaço rural, sobretudo na gestão. Tal fenômeno pode ser tratado de forma objetiva, porque os resultados em quantidade são significativos, ou de outra forma cabe destacar a relevância da inserção da mulher em termos de conquista da igualdade e de direito aos espaços de trabalho e geração de renda. Presencia-se, uma forte participação da mulher na gestão e nas diferentes atividades nos estabelecimentos rurais.

Para a realidade em análise – os estabelecimentos rurais agroecológicos do bairro Lami – é oportuno destacar a conservação ambiental. Sobre esse aspecto, verifica-se nos estabelecimentos analisados, que através das transformações espaciais, resultantes da adoção dos princípios da agroecologia, houve a recriação e a conservação, que no contexto da agroecologia e do turismo em áreas rurais se constituem como diferenciais. A produção agrícola, a quantidade e a diversidade da cobertura vegetal, a quantidade de vegetação nativa e os ecossistemas conservados são os atributos vistos como importantes para despertar o desejo do turista de visitar os atrativos, e também de grande importância para a conservação ambiental.

As técnicas utilizadas são a rotação de culturas e consórcio de espécies vegetais, pouco uso de máquinas agrícolas, predomínio do manejo agrícola manual, técnica de conservação do solo com curvas de nível para evitar a erosão, fertilizante que tem como base a ureia (urina da vaca), produção de caldas e compostagem de orgânicos, serve para adubação nas hortas e pomares. As mudas para a produção agrícola são compradas de outros produtores agroecológicos; esses se organizam para que essa aquisição seja realizada em conjunto, exceto o proprietário do Sítio dos Herdeiros que produz as mudas e mantém as sementes para garantir autonomia.

Outra questão relevante diz respeito a produção, predomina a produção de hortifrutigranjeiros para comercialização de produtos em feiras, sendo estas as principais atividades econômicas dos estabelecimentos rurais. Verifica-se um grande envolvimento dos proprietários na produção agrícola, na agroindústria e nos demais serviços do estabelecimento.

Apesar da análise de uso do solo contemplar cinco propriedades rurais, para exemplificá-la toma-se o mapeamento do Sítio Capororoca. As mudanças ocorridas nessa propriedade, a partir da implantação da agroecologia e das atividades não agrícolas, materializaram-se na paisagem, que adquire uma nova forma, e demonstram que, no intervalo de tempo analisado (1997-2009), há um redirecionamento no ambiente da propriedade com seu uso sustentável. Verifica-se, então, a intensificação das atividades produtivas, mas também na presença de espécies nativas, a exemplo da mata de restinga, conforme apresentado na Figura 3 (Uso do solo e cobertura vegetal de 1991 a 2008) e na Tabela 1.

Uso do solo	1991		2008	
	Área (ha)	Percentual da propriedade	Área (ha)	Percentual da propriedade
Área de campo	1,54	70,28	0,65	29,63
Área de uso agrícola	0,26	11,91	-	-
Açude	-	-	0,05	2,47
Construções	0,06	2,52	0,03	1,50
Fruticultura	-	-	0,04	1,93
Horticultura	-	-	0,31	14,22
Uso misto: fruticultura e horticultura	-	-	0,35	16,22
Vegetação nativa	0,33	15,30	0,75	34,22
<b>Área total da propriedade</b>	<b>2,19</b>	<b>100,00</b>	<b>2,19</b>	<b>100,00</b>

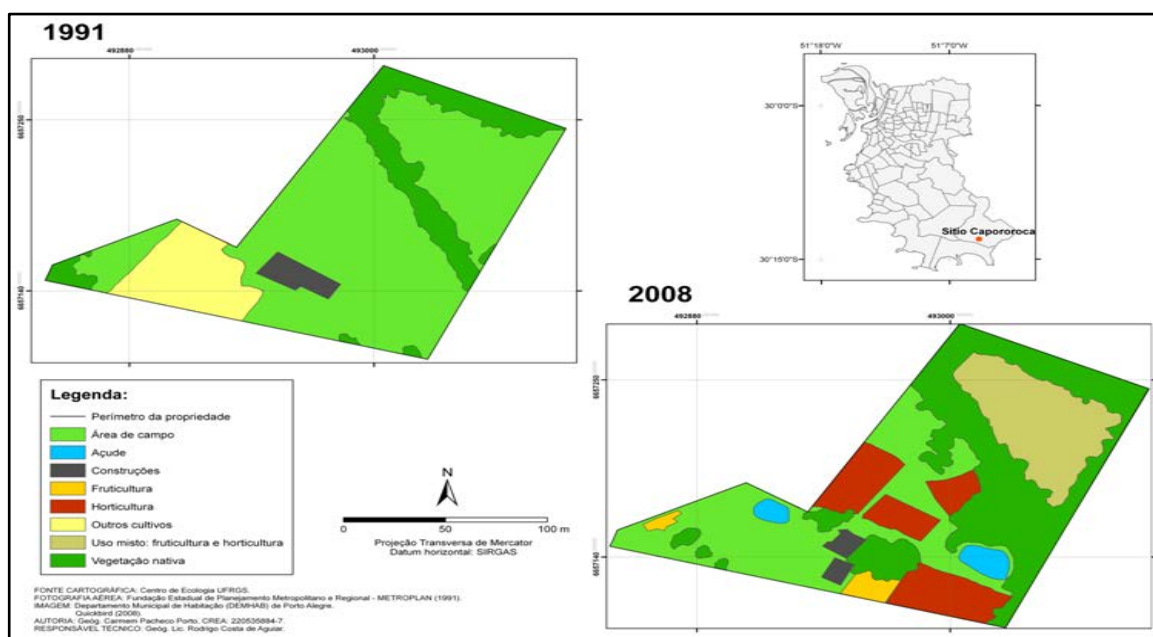


Figura 3 Mapa de uso do solo e cobertura vegetal Sítio Capororoca

A vegetação nativa se expandiu, com uma recomposição desta forma de cobertura vegetal superior a 100% com uma ampliação de 18,92% em relação à área total. A área de campo em 1991 era predominante, representando 70,29% da área total. Para o ano de 2008, a área de campo reduz em 40,66%, de 70,29% para 29,63% da área total. Isto acontece em decorrência do uso agrícola e da ampliação da área com vegetação nativa.

A área correspondente ao uso agrícola em 1991 era de 11,21% da área da propriedade. A entrevista revela ainda que, na época, mesmo sendo um haras, parte da propriedade era reservada à

produção de milho, destinado a alimentar os equinos, conforme referência anterior na análise das outras classes de uso. Já no ano de 2008, a área de uso agrícola compreendia 32,37%, distribuídos da seguinte forma: 1,93% fruticultura, 14,22% horticultura e 16,22% uma área de fruticultura e horticultura. Identifica-se também na propriedade, nos trabalhos de campo, a produção de cogumelo shitake em meio à vegetação nativa. Na área agrícola há uma grande diversidade de espécies produzidas em uma pequena área de 0,7 ha. Em percentagem, há um crescimento desta atividade de 11,91% em 1991 para 32,37% da área em 2008.

Observa-se uma redução na área construída, diminuindo de 2,52% para 1,50% da área total, de 1991 para 2008. As instalações anteriores abrigavam os animais, equinos criados na propriedade. Atualmente, a área construída é composta pela residência da família, hospedagem alternativa com três unidades habitacionais, cozinha e refeitório.

Sobre recursos hídricos, verifica-se que, em 1991, não havia disponibilidade de água superficial na propriedade; apenas um poço artesiano. Em 2008, verifica-se a presença de dois açudes, correspondendo a um percentual de 2,47% da área total da propriedade. Construídos inicialmente para a criação de peixes, hoje esses têm a função de fornecer água para irrigação e desenvolvimento de plantas aquáticas utilizadas para a fertilização do solo nas áreas de produção agrícola.

A recuperação alcançada na propriedade promoveu a transição para a formação de um agrossistema sustentável, onde a biodiversidade se apresenta no ambiente mesclada à produção agrícola. Nesse estágio, numerosas e complexas interações passam a se estabelecer entre o solo, as plantas e os animais. Desta forma, amplia-se o uso da terra, porque o solo está protegido pela cobertura vegetal, a manutenção dos recursos hídricos, o controle biológico das pragas e o uso eficaz dos recursos garantem a sincronia ambiental. Na verdade, o ciclo da natureza em conjunto com a ação antrópica se fecha, e os resultados se apresentam através de alimentos saudáveis, qualidade do ambiente com efeitos benéficos na vida do agricultor e do consumidor, que tem na sua mesa os produtos oriundos de uma propriedade agroecológica.

Para a proprietária, “ a agroecologia é mais do que um sistema produtivo, é uma filosofia de vida e trabalho. Quase tudo é feito na propriedade, temos respeito pelo consumidor e procuramos vender a produção mais perto da propriedade” (proprietária do Sítio Capororoca, agricultora e engenheira agrônoma, moradora do Beco Paraíso – bairro Lami).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura da reinvenção espacial, feita a partir desta construção analítica, buscou a interpretação do espaço rural; nesse, as práticas agropecuárias com base nos princípios da agroecologia e as atividades não agrícolas. Com isso, procurou-se desvendar a produção e a reorganização socioeconômica definidos no decorrer do período em análise e o papel dos agentes sociais nas suas formulações e realizações cotidianas.

O caminho metodológico, entrelaçou diferentes instrumentos de investigação como imagens de satélite, fotografias aéreas, registros fotográficos, mapas, entrevistas, observações de campo que permitiram a construção analítica. Esta permitiu coerência na análise do espaço rural.

A entrevista como instrumento de investigação se constitui uma técnica importante de levantamento de informações no que se refere à análise histórica; essa oportuniza diversas fontes de informação (oral e/ou documental) que, durante o processo, permitem uma aproximação, essencialmente, de confiança entre o pesquisador e os sujeitos participantes da pesquisa. É oportuno porque esse espaço permite o resgate de aspectos da história do lugar e das famílias, dos modos de vida, das concepções de mundo e como nele se inserem.

Nas últimas décadas, houve mudanças nas unidades de produção rural. Em função disso, reinventou-se o espaço rural, e as transformações que nele ocorrem são reveladas no contexto por meio das dimensões econômica, social e ecológica.

A respeito da dimensão econômica, verificou-se que a estagnação do rural ocorrida nos períodos históricos anteriores, é compreendida pelos agricultores como um grande desafio. Transparece, nesta realidade que, na materialidade do espaço geográfico, não está representado apenas o que, objetivamente, é realizado pelos agricultores em suas práticas, mas o significado de suas realizações na busca do seu lugar na sociedade. Trata-se da agricultura alternativa e das atividades não agrícolas importantes na valorização do espaço rural, em que o patrimônio histórico/cultural, a diversificação das atividades econômicas, o conjunto paisagístico, sobretudo as novas relações entre rural e urbano tornam-se elementos importantes na reinvenção espacial.

O grande paradoxo reside na expansão rápida das atividades de turismo e de lazer ao permitir a mercantilização das paisagens rurais e o desenvolvimento do local a partir do consumo do espaço. Frente a essa realidade na dimensão social percebe-se a importância do que denomino como interatividade, em que a absorção do trabalho da família relaciona-se a manutenção da agropecuária e desta forma mesmo diversificando as atividades econômicas através das atividades não agrícolas é possível manter a atividade principal que caracteriza as áreas rurais – a agropecuária. A pluriatividade, neste contexto, é considerada relevante porque, ao diversificar as formas de geração de renda, tem-se a possibilidade de permanecer no espaço rural.

Na dimensão ecológica, a nova organização do estabelecimento rural demonstrou o aumento da cobertura vegetal, a expansão da vegetação nativa, a formação de agrossistemas agroecológicos. Ao mesmo tempo, maior integração entre as atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades e o ambiente. Entretanto, a conservação do rural não depende somente da ação da sociedade; está relacionada ao papel das políticas públicas no fomento a certificação dos produtos, comercialização direta, agroindústria e o turismo, sobretudo no planejamento e na gestão das áreas rurais e no ordenamento e/ou imposição de limites para o seu uso através de uma forma de gestão participativa.

## BIBLIOGRAFIA

- CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília: 2009. 30p.
- CAPRA, Fritjof. **As Conexões Ocultas Ciência Para Uma Vida Sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. “Novas” Contradições do Espaço. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS. A.F.A; SEABRA.O.C.L. (Orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2001.
- FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo Rural e Geografia - Geografia agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2001.
- LUCHIARI, Maria Tereza D.P. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, Luiz Cruz Lima (Org.). **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza-CE:UECE, 1998.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/portal/noticias>>. Acesso em 11 de novembro de 2009.
- REICHERT, G.A.; REIS, J.C.F. Custos de implantação e de operação de aterro sanitário – estudo de caso: Aterro da Extrema, Porto Alegre, RS. In: **Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental Gerenciamento de Resíduos e Certificação Ambiental**, 2, 1998: Porto Alegre, Artigos Técnicos. Porto Alegre: Abes, 1998, p.387-92.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da

UFRGS, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina. Silveira, Rogério Leandro Lima da. (Org.). **Redes, Sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.p.29-50.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Percecu Abramo, 2002.

SILVA, José Graziano da. GROSSI, Mauro Del. CAMPANHOLA, Claiton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de ciência & tecnologia**. Brasília, v.19, n.1, p.37-67, jan./abr. 2002.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Notas sobre a epistemologia da geografia**. In: CFH/UFSC. **Cadernos Geográficos**. n. 12. Florianópolis: 2005.